



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
10 E 11/05/2021

ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. Após curso gratuito no Senac, aluna empreende e abre seu próprio negócio em Caraúbas – NO MINUTO – Rio Grande do Norte – 11/05/2021
3. CNC mantém projeção de crescimento – FENACOR– São Paulo – 11/05/2021
4. Covid-19 desorganiza economia e põe serviços no fim da fila da recuperação – CORREIO DO PAPAGAIO – Minas Gerais – 11/05/2021
5. Empresários do turismo no RN cobram ações para o setor em meio a hospitais lotados – SAIBA MAIS – Rio Grande do Norte– 11/05/2021
6. Setor de serviços está no fim da fila da recuperação – TRIBUNA DO NORTE– Rio Grande do Norte– 11/05/2021
7. CPI quer quebrar sigilo de chefe da Anvisa em busca de pressões de Bolsonaro – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 11/05/2021
8. Pressão de base bolsonarista e servidor joga reforma administrativa para 2023 – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 11/05/2021
9. Comissão já admite fatiar a reforma tributária após intervenção de Lira – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 11/05/2021
10. BC propõe regras para saque e troco em dinheiro no PIX – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 11/05/2021
11. Disparada no preço dos alimentos eleva inflação pelo mundo, e não há perspectiva de alívio – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 11/05/2021

12. Indicação de cloroquina se mantém, apesar do que Queiroga disse à CPI – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 11/05/2021
13. Orçamento secreto banca R\$ 1,6 bi em pavimentação – ESTADÃO – São Paulo – 11/05/2021
14. Financiamento imobiliário dispara, bate recorde e projeta alta de 34% para o ano – ESTADÃO – São Paulo – 11/05/2021
15. Alta no preço de insumo pode frear construções – ESTADÃO – São Paulo – 11/05/2021
16. BC lança consulta sobre saques por meio do PIX – ESTADÃO – São Paulo – 11/05/2021
17. Apetite por aquisições pode elevar ofertas na Bolsa a R\$ 200 bi neste ano – ESTADÃO – São Paulo – 11/05/2021
18. Leftbank tenta unir investimento e ideologia de esquerda – ESTADÃO – São Paulo – 11/05/2021
19. GRÁFICOS

RELATÓRIO

O governo abriu a caixa de ferramentas de medidas tributárias, que permite adiar o pagamento do FGTS e do Simples Nacional. No entanto, a postergação mais ampla de tributos ainda não foi acionada. Na atual conjuntura, serviços e comércio esperam esse apoio para sobreviver. Este é um dos destaques do jornal VALOR desta terça-feira (11/05).

O jornal econômico publica também uma pesquisa do Dieese, que revelou a queda em 42% no número de greves, devido à pandemia. O resultado, segundo os dados apurados, foi puxado pela queda mais acentuada nas paralisações do setor público. O VALOR traz ainda uma excelente notícia sobre a luta contra o coronavírus: "Vacina 'universal' contra o coronavírus pode estar perto", diz a manchete. Cientistas apontam como "muito promissor" estudo de pesquisadores americanos sobre o desenvolvimento de um imunizante contra os betacoronavírus.

O fatiamento da reforma tributária, negociado pelo presidente da Câmara, Artur Lira, é destaque no VALOR e na FOLHA DE SÃO PAULO. Conforme apuração dos jornais, os Projetos de Lei devem tratar da CBS, IPI, 'passaporte tributário' e mudanças no imposto de renda. O VALOR destaca ainda a chance de aprovação do Marca legal das startups. No varejo, a Amazon abriu uma loja internacional no Brasil e libera frete a cliente, diz o VALOR. A plataforma de Jess Bezos foi a terceira mais acessada do país em 2020, superando o Magazine Luiza.

As novas modalidades do PIX ganharam as manchetes dos principais jornais nacionais. O GLOBO destaca que o Banco Central propôs quatro saques gratuitos em lojas com o PIX e um limite de R\$ 500,00. A FOLHA DE SÃO PAULO também destaca as novas regras - saques e trocos em dinheiro - do BC para o PIX. A FOLHA divulga ainda que a disparada no preço dos alimentos elevou a inflação pelo mundo, e que não há perspectiva de alívio tão cedo. É destaque na FOLHA também a pressão imposta pela base bolsonarista e pelo servidor público, que joga a reforma administrativa para 2023.

Por fim, o ESTADÃO aborda dois temas que devem ganhar repercussão. O primeiro refere-se ao 'orçamento secreto' do governo federal, que bancou R\$ 16, bilhão em pavimentação de ruas e estradas em redutos de aliados, além da compra de tratores superfaturados. O segundo revela que o financiamento imobiliário disparou e bateu recorde, com projeção de alta de 34% para este ano.

Após curso gratuito no Senac, aluna empreende e abre seu próprio negócio em Caraúbas – NO MINUTO – Rio Grande do Norte – 11/05/2021

| | |
|------|---|
| Link | https://nominuto.com/mobile/noticias/cidades/apos-curso-gratuito-no-senac-aluna-emprende-e-abre-seu-proprio-negocio-em-caraubas/216544/ |
|------|---|

Após curso gratuito no Senac, aluna empreende e abre seu próprio negócio em Caraúbas

Sem trabalho fixo, Iara Cristina fez o curso de Manicure e Pedicure por meio do Programa Senac Móvel e hoje tem sua própria renda.

Da redação - 10 de maio de 2021

Estudar, obter uma certificação e poder trabalhar no próprio negócio. Esse foi o caminho projetado pela potiguar Iara Cristina, como um meio de obter sua própria renda e ajudar o esposo, o motorista Carlos Maciel, a criar os dois filhos, com 6 e 4 anos de idade.

Moradora da cidade de Caraúbas, região Oeste do Estado, a jovem mãe de família, então com 25 anos de idade, enxergou a oportunidade de começar a trilhar esse caminho em 2019, quando soube da notícia que o município receberia a Unidade Móvel de Beleza do Senac, oferecendo vagas para cursos gratuitos neste segmento.

Sem nunca ter trabalhado em um emprego fixo e fazendo serviços de limpeza em residências, Iara se matriculou no curso de Manicure e Pedicure, que foi ministrado na unidade móvel, de forma totalmente gratuita.

"Decidi fazer o curso na carreta porque conseguir um trabalho estava muito difícil. Como sempre amei cuidar de pessoas, vi que poderia fazer o curso de manicure e pedicure, que é uma área que dá uma renda boa, e assim eu poderia trabalhar em meu próprio comércio", disse Iara.

Logo após concluir a capacitação e com o certificado Senac em mãos, Iara deu início a outro desafio: o de abrir o seu próprio ponto comercial. Em uma área reservada em sua residência, ela iniciou os atendimentos, e, aos poucos, conseguiu montar o espaço com a estrutura que necessitava. Hoje, a profissional realiza uma média de 80 atendimentos fixos mensalmente e comemora o fato de ter conquistado sua própria renda.

"Para mim, fazer esse curso foi uma bênção de Deus! Nele eu aprendi tudo o que uma boa manicure precisa saber: como atender, cutilar, lixar, a importância de esterilização de equipamentos, de higienização, atendimento e isso tudo com uma instrutora incrível, que ensinava teoria e prática, de uma forma excepcional. E através desse curso, hoje eu tenho uma renda que me permite ter meu próprio dinheiro sem depender de ninguém, eu consigo ajudar meu esposo nas contas de casa e ainda ajudo meus pais. Graças a Deus, hoje posso dizer que tenho meu trabalho, meu negócio, e isso para mim tem muita importância", declarou a manicure."

Com três unidades móveis nas áreas de "Beleza", "Turismo e Hotelaria" e "Informática e Gestão", o Programa Senac Móvel cruza os municípios potiguares, levando infraestrutura pedagógica de última geração às cidades onde o Senac RN não possui estrutura física. Elas têm cerca de 14 metros de comprimento, 4 metros de altura e 2,6 metros de largura e são equipadas com materiais específicos da área de formação, a fim de reproduzir internamente o ambiente real de trabalho de áreas, como por exemplo, um salão de beleza.

O presidente do Sistema Fecomércio, Marcelo Queiroz, fala sobre a democratização do acesso ao ensino profissional que o Programa proporciona. "Através dessa iniciativa a população do interior do RN pode ter acesso ao ensino do Senac, recebendo qualificação profissional e podendo contribuir para geração de emprego e renda nos municípios", comentou Queiroz.

Nos últimos 5 anos, 26 cidades potiguares receberam as Unidades Móveis do Senac, totalizando 2.500 matrículas por meio do Programa Senac Móvel.

Link <https://www.fenacor.org.br/noticias/cnc-mantem-projecao-de-crescimento>

CNC mantém projeção de crescimento



A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) manteve em 3,3% a previsão de crescimento do volume das vendas no varejo para 2021, após a divulgação da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) de março, nesta sexta-feira (7/5), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para a entidade, a tendência é que as vendas só reajam de forma mais consistente a partir da segunda metade do ano, diante de um grau maior de imunização da população e de menos restrições ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais. "A ausência do auxílio emergencial e a contração do mercado de trabalho ao longo do primeiro trimestre deste ano impactaram negativamente os resultados das vendas no varejo", afirma José Roberto Tadros, presidente da CNC, ressaltando que as variações negativas na circulação de consumidores ainda ditam o ritmo das vendas.

Segundo acompanhamento do Google Mobility, ao fim de março a circulação de consumidores em áreas comerciais ainda estava 40% abaixo do nível verificado em fevereiro de 2020 – menor patamar desde junho do ano passado (-44%). Já em abril, a introdução de medidas de flexibilização aumentou a circulação no comércio para um nível 35% abaixo do verificado antes da pandemia.

De acordo com a PMC, o volume de vendas no varejo recuou 0,6% em março, acumulando a terceira retração nos últimos quatro meses e encerrando o primeiro trimestre de 2021 com um recuo de 4,3%, em relação ao quarto trimestre do ano passado – pior desempenho trimestral desde o segundo trimestre de 2020, quando as vendas cederam 8,9%.

Hiper e supermercados vão bem

Como consequência do aumento das restrições operacionais estabelecidas por diversos decretos regionais, sete dos oito segmentos pesquisados apresentaram quedas no mês. Fabio Bentes, economista da CNC responsável pela análise, destaca que os segmentos mais afetados pertencem ao grupo do varejo não essencial, como: tecidos, vestuário e calçados (-41,5%), móveis e eletrodomésticos (-22,0%) e livrarias e papelarias (-9,1%). "A exceção ficou por conta de hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+3,3%), que acabam sendo impactados positivamente pelas restrições à circulação de consumidores", aponta Bentes.

Ao fim do primeiro trimestre, apenas três segmentos apresentavam nível de faturamento mensal superior ao observado no período pré-pandemia: hiper e supermercados (+3,9%), artigos farmacêuticos (+12,7%) e lojas de material de construção (+1,9%). "Sobressaem negativamente neste comparativo as perdas de mais de 50% ainda registradas pelas livrarias e papelarias e lojas de tecidos, vestuário e calçados", conclui Bentes.

| | |
|------|---|
| Link | http://www.correiodopapagaio.com.br/economia/covid-19-desorganiza-economia-e-pe-servicos-no-fim-da-fila-da-recuperao |
|------|---|

Covid-19 desorganiza economia e põe serviços no fim da fila da recuperação

Um dos efeitos da crise global causada pela covid-19 foi a desorganização da economia. Num primeiro momento, o fechamento de atividades presenciais mundo afora provocou uma freada nunca vista na atividade. Porém, enquanto alguns setores foram atingidos em cheio, outros sofreram menos. Com o passar dos meses, essa desigualdade se refletiu também na recuperação.

Em 2020, a retração econômica de 4,1% resultou numa perda de R\$ 315,1 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB), conforme estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), obtido com exclusividade pelo Estadão/Broadcast. Desse valor, quase metade ficou concentrada na atividade "outros serviços", que encolheu R\$ 144,9 bilhões, puxada pelo tombo de negócios como hotéis, bares, restaurantes, salões de beleza e academias.

Para Juliana Trece, pesquisadora do Ibre/FGV e coautora do estudo, a "queda generalizada" do setor de serviços pesa muito na economia: "É muito importante, ainda mais pela questão do mercado de trabalho, pois emprega muita gente."

O setor de bares e restaurantes foi um dos mais atingidos, tanto nos primeiros meses da pandemia quanto na segunda onda, em 2021. "No início, a gestão pragmática ajudou a sobreviver, sangrando, mas a sobreviver. Quando o governo voltou a apertar fortemente as restrições, nos mantemos com uma mistura de gestão e um pouco de fé e loucura", diz Humberto Munhoz, sócio do grupo Turn The Table, de bares como O Pasquim e a Vero! Coquetelaria.

Por outro lado, mesmo com a retração agregada da economia, houve setores que saíram ganhando. Mesmo nos serviços, fecharam 2020 com ganhos em atividades como intermediação financeira (corretoras de valores, por exemplo) e serviços imobiliários (cada um com R\$ 16,3 bilhões a mais de contribuição para o PIB).

Para Eduardo Zilbermann, economista-chefe da Gávea Investimentos e professor da PUC-Rio, a covid-19 parece trazer mudanças estruturais. O destaque é um impulso nos serviços tecnológicos e em comunicação a distância. No lado negativo, enquanto a pandemia seguir seu curso, os serviços que exigem contato pessoal, como bares e restaurantes, seguirão fragilizados.

A dúvida é sobre a duração desses efeitos, diz Zilbermann. Um controle moderado da pandemia poderá exigir a manutenção de algumas medidas de restrição a contatos sociais por algum tempo, mas, no caso de um freio mais forte na doença, os serviços presenciais poderiam ganhar impulso no curto prazo, diante da demanda reprimida.

Além de alguns serviços, fecharam com ganhos em 2020 a agropecuária (R\$ 2,48 bilhões a mais no PIB) e a indústria extrativa (R\$ 2,7 bilhões), aponta o Ibre/FGV. São atividades puxadas pelas exportações de matérias-primas, cujas cotações estão em alta.

O agronegócio deverá renovar o recorde da produção este ano, e o Ibram, entidade representante das mineradoras, projeta faturamento de até R\$ 270 bilhões, salto de até 29% ante o ano passado.

Década perdida

Segundo Zilbermann, esses setores ajudam na recuperação da economia, levando à revisão para cima de projeções para o PIB, mas há dúvidas sobre o "quão sustentável" esse movimento será. A continuidade pode ser atrapalhada por "problemas usuais" da economia brasileira, com destaque para as crises política e fiscal.

Preso nesses problemas, o Brasil teve uma década perdida na economia. De 2011 a 2020, o PIB teve retração de R\$ 92 bilhões, ou 1,2%, embora a população tenha crescido 10,1% no período, aponta o Ibre/FGV. Com isso, o PIB per capita encolheu de R\$ 39.196, em 2011, para R\$ 35.172 em 2020. "É uma economia totalmente estagnada", aponta Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do Ibre/FGV.

Varejo

O comércio, que faz parte do setor de serviços, fechou 2020 com perdas de R\$ 24,6 bilhões, calcula o Ibre/FGV. No entanto, algumas atividades específicas saíram ganhando, impulsionando negócios como supermercados, mercadinhos, farmácias e as grandes empresas de comércio eletrônico.

Com boa parte das famílias trancadas em casa, o faturamento do comércio eletrônico no País saltou 41% em 2020, aponta pesquisa da Ebit/Nielsen e do Bexs Banco, somando R\$ 87,4 bilhões. A taxa de crescimento foi quase três vezes maior do que a alta de 16% no faturamento de 2019.

A alta chama a atenção, mas o comércio eletrônico ainda responde por apenas 6% do volume vendido pelo varejo ampliado no País, diz Fabio Bentes, economista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Esse movimento é mais relevante em alguns segmentos, como o de aparelhos de comunicação e informática (28% das vendas já são online), livraria e papelaria (9,5% do volume vendido em 2020 foi por meios digitais), móveis e eletrodomésticos (8,7%) e comércio automotivo (6,6%).

"Combustíveis e lubrificantes não têm nada de venda online, claro. Em supermercados ainda é baixo, só 1,2% das vendas foram online no ano de 2020. Outro setor com dificuldades estruturais de vencer essa barreira do e-commerce é o de vestuário, que tem só 5,4% do faturamento proveniente do comércio eletrônico", diz Bentes, que projeta novo avanço do comércio eletrônico no País neste ano.

Segundo ele, a participação das vendas online no faturamento do varejo ampliado deve subir para 6,8% em 2021. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Empresários do turismo no RN cobram ações para o setor em meio a hospitais lotados – SAIBA

MAIS – Rio Grande do Norte– 11/05/2021

| | |
|------|---|
| Link | https://www.saibamais.jor.br/empresarios-do-turismo-no-rn-cobram-a%C3%A7%C3%B5es-para-o-setor-em-meio-a-hospitais-lotados- |
|------|---|

Empresários do turismo no RN cobram ações para o setor em meio a hospitais lotados

Mesmo com afrouxamento das medidas de prevenção à covid-19 e altas taxas de ocupação de leitos críticos no estado, os empresários do turismo no Rio Grande do Norte continuam reclamando atenção e recursos do Estado, buscando apoio da oposição e da imprensa. Diante disso, o Governo do RN tem prestado contas do que fez para tentar minimizar os impactos da pandemia nesse setor.

Nesta segunda-feira (10), representantes do setor buscaram a Assembleia Legislativa à procura de interlocutor. “O nosso pedido é que o deputado Ezequiel [Ferreira, presidente da ALRN] seja uma força, seja nosso representante junto ao Governo do Estado para superarmos a maior crise da história do turismo do RN”, disse o presidente do Natal Convention Bureau, George Gosson. O secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier, havia publicado na quinta-feira (6) em rede social, lista das vantagens oferecidas ao segmento durante a crise sanitária e econômica. E disse que a pauta é prioritária para a gestão.

“Isso pode não resolver o problema mas é muito distinto de somente discurso. O Governo do RN trata o turismo como prioridade desde que a governadora Fátima Bezerra assumiu a gestão estadual, no entanto é preciso entender que a pandemia em TODO O MUNDO atinge este setor de forma brutal”, escreveu no Twitter.

Cadu Xavier disse ainda que o Governo seguirá agindo com prudência, visando salvar o maior número de vidas possíveis, e mitigando dentro das possibilidades os efeitos econômicos e sociais da doença. “Seguiremos evoluindo nas flexibilizações de forma gradual sempre que os indicadores permitirem”.

Às 16h08 desta segunda, a taxa de ocupação de leitos críticos no estado era de 92,2%. Doze hospitais públicos estão com UTIs lotadas. A [maioria desses leitos são liberados por morte dos pacientes](#). O estado soma 231.852 casos confirmados e 5.655 óbitos.

Confira principais ações do Governo para o Turismo:

- 1 – redução do ICMS do querosene de aviação para companhias aéreas mediante metas de incremento de voos;
- 2 – redução de ICMS da energia elétrica para hotéis e pousadas até 12/21;
- 3 – prorrogação do ICMS Normal de abril por 90 dias para Bares e Restaurantes;
- 4 – prorrogação do IPVA para empresas do setor de turismo em geral, inclusive eventos;
- 5 – desburocratização de linha de crédito especificamente para bares e restaurantes;
- 6 – concessão de isenção da tarifa de água para bares e restaurantes por 3 meses;
- 7 – Super Refis para parcelamento de débitos tributários com o governo do estado;
- 8 – Linha de crédito através da AGN para informais e MEI do turismo.

Além de redução do ICMS em produtos e serviços, os empresários querem isenção do imposto para compras de veículos e voltam a uma reivindicação anterior ao coronavírus, eles pedem a legislação ambiental seja alterada para concessão de licenças.

A Secretaria de Turismo acrescenta que o Governo do estado tem investido na promoção do RN como destino. Durante todo mês de janeiro, houve uma grande campanha de marketing na Band, o Band Verão. Além disso, o estado captou dois grandes eventos esportivos: o RN será o primeiro estado do nordeste a sediar a largada do Rally dos Sertões e o inédito Rally de KiteSurf de longa distância.

Outra medida foi a criação do Turismo Cidadão, em parceria com o programa Nota Potiguar da Secretaria de Tributação do RN. A iniciativa permitiu a cidadãos a troca de pontos acumulados no aplicativo por diárias em meios de hospedagem e passeio de buggy nos prestadores de serviço cadastrados no programa. A Secretaria anunciou que em breve vai lançar a segunda etapa, beneficiando vários segmentos turísticos, inclusive bares e restaurantes.

Em fevereiro deste ano foi lançado o Sistema de Inteligência Turística do RN, uma plataforma desenvolvida pela Federação do Comércio, com o apoio do Senac RN, em parceria com o Governo do Estado, por meio da Empresa Potiguar de Promoção Turística (Emprotur).

A pasta ainda lista capacitações online, em parceria com as Associações Brasileiras de Agências de Viagens – Abavs e operadoras. Foram mais de 7 mil agentes de viagens de todo o Brasil e, em 2021, em torno de 600.

Houve também, de acordo com a Setur, campanha de marketing cooperado com as principais operadoras do país; criação do evento RN Experience, que vai capacitar mais 180 agentes de viagem; e lançamento do concurso dos guias de turismo nesta segunda-feira (10). Trinta e dois guias de turismo, com cadastro ativo no Cadastur, serão premiados. O valor total das recompensas chegam a R\$ 80 mil.

| | |
|------|---|
| Link | http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/setor-de-servia-os-esta-no-fim-da-fila-da-recuperaa-a-o/509953 |
|------|---|

Setor de serviços está no fim da fila da recuperação

« CRISE » Estudo da FGV mostra que setor de serviços foi o mais afetado pela pandemia e terá mais dificuldades para retomar crescimento



TÂNIA REGO

Pandemia acentuou contrastes

Os efeitos desiguais da pandemia sobre os diferentes setores da economia resultam em histórias com enredos praticamente opostos em relatos de empresários. A maioria dos negócios do País está no setor de serviços e foi diretamente atingida pelas restrições ao contato social. Mas há também histórias de sucesso e crescimento em serviços ligados à tecnologia ou em setores como o agronegócio e a mineração, voltados às exportações, mostra reportagem da edição desta segunda-feira, 10, do jornal O Estado de S. Paulo.

Quando a covid-19 se abateu sobre a economia, as casas do grupo Turn The Table - como o bar O Pasquim e a Vero! Coquetaria - vinham de um crescimento de 18% no faturamento do primeiro bimestre de 2020, ante o início de 2019, lembra Humberto Munhoz, sócio da empresa. No fim das contas, porém, o faturamento tombou cerca de 60% no ano passado. A sangria continua este ano. A receita dos quatro primeiros meses já foi em torno de 50% abaixo de igual período de 2020.

Pesquisa aponta que o setor de serviços, como os bares, pesa muito na economia do Brasil

Um dos efeitos da crise global causada pela covid-19 foi a desorganização da economia. Num primeiro momento, o fechamento de atividades presenciais mundo afora provocou uma freada nunca vista na atividade. Porém, enquanto alguns setores foram atingidos em cheio, outros sofreram menos. Com o passar dos meses, essa desigualdade se refletiu também na recuperação.

Para Eduardo Zilbermann, economista-chefe da Gávea Investimentos e professor da PUC-Rio, a covid-19 parece trazer mudanças estruturais. O destaque é um impulso nos serviços tecnológicos e em comunicação a distância. No lado negativo, enquanto a pandemia seguir seu curso, os serviços que exigem contato pessoal, como bares e restaurantes, seguirão fragilizados.

A dúvida é sobre a duração

35.172 em 2020. "É uma economia totalmente estagnada", aponta Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do Ibre/FGV.

Varejo

O comércio, que faz parte do setor de serviços, fechou 2020 com perdas de R\$ 24,6 bilhões, calcula o Ibre/FGV. No entanto, algumas atividades específicas saíram ganhando, impulsionando

Em 2020, a retração econômica de 4,1% resultou numa perda de R\$ 315,1 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB), conforme estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), obtido com exclusividade pelo Estadão/Broadcast. Desse valor, quase metade ficou concentrada na atividade "outros serviços", que encolheu R\$ 144,9 bilhões, puxada pelo tobo de negócios como hotéis, bares, restaurantes, salões de beleza e academias.

Para Juliana Trece, pesquisadora do Ibre/FGV e coautora do estudo, a "queda generalizada" do setor de serviços pesa muito na economia: "É muito importante, ainda mais pela questão do mercado de trabalho, pois emprega muita gente."

O setor de bares e restaurantes foi um dos mais atingidos, tanto nos primeiros meses da pandemia quanto na segunda onda, em 2021. "No início, a gestão pragmática ajudou a sobreviver, sangrando, mas a sobreviver. Quando o governo voltou a apertar fortemente as restrições, nos mantemos com uma mistura de gestão e um pouco de fé e loucura", diz Humberto Munhoz, sócio do grupo Turn The Table, de bares como O Pasquim e a Vero! Coquetelaria.

Por outro lado, mesmo com a retração agregada da economia, houve setores que saíram ganhando. Mesmo nos serviços, fecharam 2020 com ganhos atividades como intermediação financeira (corretoras de valores, por exemplo) e serviços imobiliários (cada um com R\$ 16,3 bilhões a mais de contribuição para o PIB).

desses efeitos, diz Zilbermann. Um controle moderado da pandemia poderá exigir a manutenção de algumas medidas de restrição a contatos sociais por algum tempo, mas, no caso de um freio mais forte na doença, os serviços presenciais poderiam ganhar impulso no curto prazo, diante da demanda reprimida.

Além de alguns serviços, fecharam com ganhos em 2020 a agropecuária (R\$ 2,48 bilhões a mais no PIB) e a indústria extrativa (R\$ 2,7 bilhões), aponta o Ibre/FGV. São atividades puxadas pelas exportações de matérias-primas, cujas cotações estão em alta.

O agronegócio deverá renovar o recorde da produção este ano, e o Ibram, entidade representante das mineradoras, projeta faturamento de até R\$ 270 bilhões, salto de até 29% ante o ano passado.

Década perdida

Segundo Zilbermann, esses setores ajudam na recuperação da economia, levando à revisão para cima de projeções para o PIB, mas há dúvidas sobre o "quão sustentável" esse movimento será. A continuidade pode ser atrapalhada por "problemas usuais" da economia brasileira, com destaque para as crises política e fiscal.

Preso nesses problemas, o Brasil teve uma década perdida na economia. De 2011 a 2020, o PIB teve retração de R\$ 92 bilhões, ou 1,2%, embora a população tenha crescido 10,1% no período, aponta o Ibre/FGV. Com isso, o PIB per capita encolheu de R\$ 39 196, em 2011, para R\$

nando negócios como supermercados, mercadinhos, farmácias e as grandes empresas de comércio eletrônico.

Com boa parte das famílias trancadas em casa, o faturamento do comércio eletrônico no País saltou 41% em 2020, aponta pesquisa da Ebit/Nielsen e do Bexs Banco, somando R\$ 87,4 bilhões. A taxa de crescimento foi quase três vezes maior do que a alta de 16% no faturamento de 2019.

A alta chama a atenção, mas o comércio eletrônico ainda responde por apenas 6% do volume vendido pelo varejo ampliado no País, diz Fabio Bentes, economista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Esse movimento é mais relevante em alguns segmentos, como o de aparelhos de comunicação e informática (28% das vendas já são online), livraria e papelaria (9,5% do volume vendido em 2020 foi por meios digitais), móveis e eletrodomésticos (8,7%) e comércio automotivo (6,6%).

"Combustíveis e lubrificantes não têm nada de venda online, claro. Em supermercados ainda é baixo, só 1,2% das vendas foram online no ano de 2020. Outro setor com dificuldades estruturais de vencer essa barreira do e-commerce é o de vestuário, que tem só 5,4% do faturamento proveniente do comércio eletrônico", diz Bentes, que projeta novo avanço do comércio eletrônico no País neste ano.

Segundo ele, a participação das vendas online no faturamento do varejo ampliado deve subir para 6,8% em 2021.

O setor de bares e restaurantes é um dos mais atingidos pela pandemia. Segundo a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de São Paulo (Abrasel), cerca de 350 mil bares e restaurantes encerraram atividades no País nos 12 meses encerrados em abril - 50 mil fecharam apenas no primeiro trimestre de 2021. Cerca de 1 milhão de empregos foram cortados. "Este ano está sendo pior", afirma Munhoz, que foi obrigado a demitir cerca de 40 funcionários no início de fevereiro. "Entre fechar a empresa e demitir funcionários, decidimos sacrificar um batalhão, mas não perder o exército", compara o empresário.

Segundo Munhoz, o grupo sobreviveu 2020 sem demissões por causa da gestão disciplinada. Os sócios renegociaram o aluguel, contratos com fornecedores e prestadores de serviços. Gastaram o caixa e aproveitaram as medidas oferecidas pelo governo. O relaxamento das restrições ao funcionamento, no segundo semestre, deu um alívio, mas a segunda onda da pandemia encontrou o grupo no limite. Novas demissões poderão ser necessárias se a covid-19 demorar a ser controlada.

A gestão disciplinada também ajudou a Club Físio, rede de clínicas de fisioterapia de São Paulo. Em 2020, a empresa demitiu 12 funcionários e viu seu faturamento tombar 30%. Isso depois de um início de 2020 promissor, com planos de abertura da quarta unidade, diz o sócio Raphael Baptista de Camargo. Nos primeiros meses de pandemia, a Club Físio renegociou ou cortou gastos fixos, como a mensalidade de TV a cabo, os honorários do contador e o aluguel.

Com o passar do tempo, as atividades foram sendo retomadas, e a rede conseguiu recontratar três profissionais ainda no ano passado. Agora, vem enfrentando melhor a segunda onda da pandemia. Inaugurou a quarta filial em janeiro e voltou a contratar, incluindo três fisioterapeutas. "A crise fez com que a gente tivesse mais controle das despesas fixas do negócio. O aprendizado maior foi valorizar os clientes", afirma Camargo.

CPI quer quebrar sigilo de chefe da Anvisa em busca de pressões de Bolsonaro

Senadores, que ouvirão Barra Torres nesta terça (11), também miram mensagens de Fabio Wajngarten, que chefiou comunicação do Planalto

Raquel Lopes e Julia Chaib

BRASÍLIA Senadores da CPI da Covid planejam pedir a quebra do sigilo telefônico e telemático do presidente da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Antonio Barra Torres.

A intenção é verificar se ele sofreu pressão do presidente Jair Bolsonaro ou de outro integrante do governo para atrasar a análise do registro de vacinas.

Bolsonaro.

“A expectativa que nós temos com relação ao depoimento [de Barra Torres] é que ele nos convença que a Anvisa não participou do boicote às vacinas”, disse o relator da CPI, o senador Renan Calheiros (MDB-AL).

Otto Alencar (PSD-BA), membro titular da CPI, também disse que o presidente da Anvisa terá de explicar por que ainda não ocorreu a aprovação da Sputnik.

+ PRÓXIMOS DEPOIMENTOS PREVISTOS

• **Antonio Barra Torres**
(terça, 11)
Presidente da Anvisa

• **Fabio Wajngarten**
(quarta, 12)
Ex-secretário de Comunicação

do, não ocorreu por “incompetência e ineficiência” por parte da pasta comandada pelo militar.

Os congressistas querem entender, em primeiro lugar, a razão de ter sido Wajngarten e não o Ministério da Saúde o responsável por articular um acordo de compra de vacinas com a Pfizer.

Além disso, querem que ele explique a ausência de ampla campanha publicitária para propagar as medidas de com-

A quebra de sigilo telemático consiste em obter dados de uma pessoa que estão no meio cibernético, como e-mail, redes sociais e aplicativos de mensagens.

O diretor da agência, que é contra-almirante da Marinha, falará nesta terça-feira (11) na comissão e será questionado sobre o assunto.

Torres é aliado próximo de Bolsonaro. Por isso terá de responder se sofreu algum tipo de pressão para acelerar ou retardar a análise do registro de vacinas e se já deixou o posicionamento ideológico contaminar alguma decisão.

Senadores dizem que o processo de registro da Coronavac, desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, estará entre os questionamentos feitos ao presidente da agência reguladora. A vacina foi alvo de diversos ataques de Bolsonaro.

A vacina russa Sputnik V também estará entre os principais questionamentos. Alguns membros da comissão dizem acreditar que a agência reguladora está boicotando a aprovação do imunizante, que tem sido usado em diversos países.

Entre outros pontos, os membros do colegiado devem questionar Barra Torres sobre o episódio no qual ele saiu sem máscara em um ato favorável ao governo de Jair

"O almirante vai prestar as informações e esclarecer se teve uma análise retardada ou correta da vacina. Precisamos saber se uma análise superficial da vacina deve ser considerada", afirmou Otto Alencar.

Nesta semana, o principal foco da CPI será investigar as articulações para compra de vacinas contra a Covid-19 e também o aparato de comunicação oficial e informal do governo, que consiste nas mensagens propagadas por apoiadores de Bolsonaro nas redes sociais.

Além de Barra Torres, os senadores irão ouvir o ex-secretário de Comunicação da Presidência Fabio Wajngarten nesta quarta-feira (12).

Já na quinta-feira (13) será a vez de Carlos Murillo, que até janeiro deste ano era presidente regional da Pfizer no Brasil.

Atualmente, Murillo é o presidente da farmacêutica americana para a América Latina.

O depoimento mais aguardado pelos membros da CPI é o de Wajngarten. Recentemente, ele culpou o Ministério da Saúde, então sob comando do general Eduardo Pazuello, pela atual baixa oferta de vacinas contra a Covid-19 no Brasil, mas tentou eximir Bolsonaro de responsabilidade.

Em entrevista à revista Veja, o publicitário disse que a compra de vacinas oferecidas pela Pfizer, ainda no ano passa-

bate ao coronavírus, como o hábito de lavar as mãos e evitar aglomerações.

Além do presidente da Anvisa, Wajngarten também está na mira da quebra de sigilo telefônico, fiscal e telemático.

O objetivo é verificar se o ex-secretário de Comunicação financiou ou mobilizou a rede de apoiadores do presidente para propagar nas redes sociais ações contra o coronavírus que não são amparadas na ciência, como o uso de hidroxicloroquina.

Renan disse que a quebra de sigilo de Wajngarten é certa. Para ele, a CPI precisa acessar todos os pedidos de quebra de sigilo que forem necessários. "Com certeza vamos pedir a quebra de sigilo telefone, telemático e fiscal de Wajngarten."

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) afirmou que organiza uma lista com o nome de pessoas que devem ser alvo da quebra de sigilo. Dessa forma seria possível saber, por exemplo, com quem alguns se encontravam e a interferência em assuntos ligados à pandemia.

"Estou fazendo um levantamento de possíveis alvos, eu não tenho essa lista fechada. Todo mundo que está vinculado ao 'gabinete do ódio' pode ser alvo da quebra de sigilo."

Os senadores também já se preparam para os depoimentos das próximas semanas.

Continua na pág. A6

• **Carlos Murillo (quinta, 13)**
Ex-presidente regional da Pfizer no Brasil

• **Ernesto Araújo (18.mai; pode ser adiado novamente)**
Ex-ministro das Relações Exteriores

• **Eduardo Pazuello (19.mai)**
Ex-ministro da Saúde

• **Mayra Pinheiro (20.mai)**
Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde

SÃO PAULO – São Paulo – 11/05/2021

Pressão de base bolsonarista e servidor joga reforma administrativa para 2023

Lira diz que entrega PEC até julho ao Senado, mas até aliados do presidente veem entraves

Daniel Carvalho, Danielle Brant e William Castanho

BRASÍLIA A pressão da base de Jair Bolsonaro ameaça empurrar a reforma administrativa só para 2023. Deputados aliados do presidente se alinham ao lobby dos servidores e querem evitar desgastes políticos a um ano das eleições. Com isso, as mudanças nas carreiras do funcionalismo — uma das principais bandeiras do ministro Paulo Guedes (Economia) desde o início do governo, em 2019 — corre, mais uma vez, o risco de subir no telhado.

Deputados que vieram da carreira pública, em especial da segurança pública — como policiais civis, militares e federais —, procuradores e defensores públicos temem dar andamento à reforma. Soma-se ainda esse cenário a resistência de congressistas da oposição.

Esse movimento será um dos principais entraves para o cumprimento do calendário de tramitação planejado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O parlamentar, que também é líder do centrão, tem pressa e prevê a entrega da reforma ao Senado em julho. O cronograma do aliado de

Bolsonaro e Guedes, no entanto, enfrenta obstáculos. Congressistas ligados a servidores antevêm disputas e dizem que esse prazo só será alcançado se o presidente avançar como um trator.

Um dos compromissos firmados com base, oposição e governo, por exemplo, é a realização de audiências públicas até sexta (14) na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

“É importante que, a partir daí, aquele colegiado [CCJ] libere a votação, porque ela não estará pronta para o plenário”, disse Lira em entrevista na manhã desta segunda-feira (10) à Rádio Bandeirantes.

“Em um mês e meio depois de liberada da CCJ, a gente entrega a [reforma] administrativa para o Senado”, afirmou.

A vontade de Lira, porém, esbarra até nas avaliações de bolsonaristas. Presidente da CCJ, a deputada Bia Kicis (PSL-DF) disse que este tipo de pauta é mais viável no início de um governo.

No primeiro ano de mandato, o time de Guedes tentou apresentar uma reforma, mas adiou a entrega. A PEC (proposta de emenda à Constituição) com as mudanças chegou ao Congresso apenas em setembro de 2020.

“A gente vai tocar porque é pauta do governo. A gente não pode desistir, mas estou fazendo uma avaliação política: acho que fica mais complicado”, disse Bia Kicis à Folha. Para ela, o melhor deixar a tramitação para 2023.

Em 22 de fevereiro, Lira chegou a escrever em rede social que esperava que a reforma fosse aprovada pelos deputados em plenário até o fim do primeiro trimestre.

A proposta proíbe progressões automáticas de carreira, como as gratificações por tempo de serviço, e abre caminho para o fim da estabilidade em grande parte dos cargos, maior rigidez nas avaliações de desempenho e redução do número de carreiras.

Em fevereiro, ao listar suas prioridades no Congresso, Bolsonaro incluiu a chamada PEC 32/2020, que trata da reforma administrativa.

Agora, se a admissibilidade da PEC for votada na CCJ na sexta, dia da última audiência, será possível instalar a comissão especial na próxima semana, segundo deputados que acompanham a tramitação.

No entanto, como a votação só deve ocorrer na próxima semana, o mais provável é que o texto só comece a ter o mérito

“

A gente vai tocar porque é pauta do governo. A gente não pode desistir, mas estou fazendo uma avaliação política: acho que fica mais complicado

Bia Kicis (PSL-DF) presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara sobre a reforma administrativa

apreciado no fim de maio.

Após sair da comissão especial, a PEC é apreciada em plenário em dois turnos. O texto precisa obter o apoio de ao menos 38 deputados em cada votação. Só depois é que irá para o Senado, onde haverá dois turnos e serão necessários 49 votos para ser aprovada.

Apesar do otimismo de Lira, há poucas chances de a PEC chegar ao Senado até julho. Expectativas de quem acompanha as discussões preveem debates na comissão especial até meados de agosto.

Esse processo já promete polémicas. À Rádio Bandeirantes Lira disse, por exemplo, que era preciso tratar da revisão de penduricalhos e supersalários, que, segundo ele, são questões recorrentemente cobradas na Câmara e devem ser analisadas com a reforma administrativa.

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, o deputado Professor Israel Batista (PV-DF) contestou Lira. Segundo ele, já há projetos sobre o tema e sobre avaliação de desempenho.

“[A PEC] Não trata de privilégios, não organiza o serviço público e não trata de qualidade. Além disso, amplia poderes de presidente, governa-

dores, prefeitos, para um nível que só existia no Estado Novo e na ditadura militar”, disse.

“Há uma obsessão por uma reforma constitucional de grande envergadura de maneira açodada”, afirmou. “É um clima ruim, porque é uma reforma que precisa de debate acurado.”

Batista lidera um grupo com 242 congressistas — 235 deputados e 7 senadores. Segundo ele, há colegas que ainda não tiveram tempo de ler a PEC.

A ampliação do debate, defende, deve acontecer na comissão especial. Para isso, o deputado disse que a estratégia da frente é ocupar as vagas no colegiado.

Nos cálculos de Batista, a frente tem quantidade de votos suficiente para ser ouvida no debate e evitar uma discussão atropelada. A ideia é que as conversas durem pelo menos três meses no órgão que vai analisar o mérito da PEC.

Para viabilizar o debate na comissão especial, a ideia de deputados que defendem a reforma administrativa é focar a comunicação na melhoria dos serviços públicos em vez de atacar supostos privilégios de categorias.

Esses congressistas tentam, assim, evitar episódios como o protagonizado por Guedes no início de 2020, quando o ministro chamou funcionários públicos de parasitas.

Ainda assim, quando sair da comissão especial, a reforma vai ter dificuldades no plenário da Câmara.

Além de deputados egressos ou ligados a carreiras públicas, há ainda críticas de setores ligados à segurança pública e a própria oposição, que soma cerca de 200 deputados.



Jair Bolsonaro e a presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados, Bia Kicis (PSL-DF) Carolina Antunes - 12.nov19/Divulgação Presidência

Entenda a reforma administrativa

- Proposta cria diferentes tipos de **vínculo**
- **Estabilidade** ficará restrita a um deles: **cargo típico de Estado**
- As carreiras com direito ainda serão definidas. Precisa de **concurso** e não podem ter redução de remuneração nem de jornada
- É criada a possibilidade de **cargo por tempo indeterminado, sem estabilidade** e dependente de concurso
- Governo quer **avaliar o servidor** antes de assumir o cargo público efetivo
- Proposta impede demissões por questões partidárias
- Presidente pode reorganizar autarquias e fundações, reorganizar atribuições de cargos do Poder Executivo e extinguir órgãos
- **Servidores públicos** em atividade no **momento da aprovação** das medidas **não serão impactados**



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e o ministro Paulo Guedes Pedro Gontijo/Divulgação Senado

Comissão já admite fatiar reforma tributária após intervenção de Lira

Deputado pôs fim a colegiado especial da Câmara e passou a argumentar que o misto era arranjo regimental para dar celeridade

Washington Luiz, Danielle Brant e Fábio Pupo

BRASÍLIA A decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de intervir nas discussões da reforma tributária levou integrantes da comissão mista voltada ao tema, afetados pelas mudanças, a já admitir o fatiamento das mudanças.

uma proposta de fusão ampla de impostos cobrados hoje por União, estados e municípios sem a contrapartida de criar um novo tributo nos moldes da antiga CPME.

"Torço, claro, para que a reforma tributária seja a mais abrangente possível, mas sou pragmática. Uma reforma ampla exigiria a cri-

+ REFORMA TRIBUTÁRIA EM 5 CAPÍTULOS

1. Fusão de PIS e Cofins na nova CBS, abrindo caminho para estados e

"Nós temos um compromisso de votar e botar para votação uma reforma tributária possível", defendeu. "Nós não podemos ficar enganchados em CPFs, pai da reforma de um lado, tio da reforma do outro. Nós não temos absolutamente esse compromisso."

O presidente da Câmara afirmou ainda que vai se re-

Lira comunicou na terça-feira (4) o fim da comissão especial que analisava a PEC (proposta de emenda à Constituição) do deputado Baleia Rossi (MDB-SP). O texto propõe uma fusão ampla de impostos (com tributos federais, o estadual ICMS e o municipal ISS).

Essa proposta, com a PEC 110, do Senado, e o projeto sobre a fusão do PIS e Cofins, enviado pelo governo, formavam a base do relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), lido no mesmo dia.

Além de anunciar o fim do colegiado da Câmara, Lira passou a argumentar que a comissão mista era um arranjo feito em 2020 para dar celeridade ao texto.

Nesta segunda (10), em entrevista à Rádio Bandeirantes, voltou a minimizar a importância do colegiado. "Regimentalmente, ela não tem va-

lidade. Ela não tem efetividade no que analisa, porque não existe na previsão regimental nem da Câmara, nem do Senado, nem do Congresso."

Diante do discurso do deputado e de sua defesa de uma reforma fatiada e dividida entre Câmara e Senado, integrantes da comissão mista passaram a reconhecer que as mudanças podem ser fracionadas.

Na manhã desta quarta (12), o colegiado deve se reunir para definir os rumos do relatório apresentado por Aguinaldo, que recebeu emendas de congressistas nos últimos dias.

"Vamos cumprir nosso papel na comissão mista. O relatório final será lido. Em seguida, a gente vai discutir o procedimento: se começa na Câmara, no Senado, se vai ser fatiada", disse o presidente da comissão, senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Na avaliação de senadores que integram o colegiado, mesmo sem ser a forma ideal, a reforma fatiada, como quer o governo, será a única maneira de votar o tema neste ano.

Para Simone Tebet (MDB-MS), o governo não aceitaria

ação de um fundo constitucional para repor as perdas dos estados e municípios, e o governo não vai aceitar isso sem a criação de um novo imposto", afirmou.

"Nenhum parlamentar vai aprovar uma nova CPMF a um ano da eleição. Vamos acabar tendo que entender o momento e fazer essa reforma fatiada, ampliando-a o máximo que pudermos", disse.

Os integrantes da comissão também disseram acreditar que Câmara e Senado deverão fechar um acordo para dividir a reforma entre as duas Casas.

"Claro que o presidente da Câmara tem o poder de colocar a matéria em tramitação, mas eu acredito que isso vai resultar na necessidade de um diálogo entre o presidente [do Senado] Rodrigo Pacheco [DEM-MG] e o presidente Lira. Eles sabem a

importância que isso representa para o país. Isso será resolvido", disse o senador Wellington Fagundes (PL-MT).

Pacheco defende a conclusão dos trabalhos da comissão mista, mas já admitiu a possibilidade de a reforma ser fatiada.

"Se será uma parte na Câmara, uma parte no Senado, se isso será fatiado [...], essa é uma negociação política que será feita entre Câmara dos Deputados e Senado", afirmou Pacheco na quinta-feira (6).

Nesta segunda, Pacheco e Guedes se reuniram. O ministro vinha desde a semana passada buscando uma aproximação com o presidente do Senado com objetivo de fazer andar tanto a reforma tributária como a administrativa.

A equipe econômica aguardava o acerto no Congresso sobre como proceder. As declarações recentes do comando do Congresso apontam agora para uma reforma fatiada em várias frentes.

Mais cedo, Lira negou novamente qualquer disputa com o Senado para decidir por onde o texto começa a tramitar.

municípios aderirem no futuro

2. Extinguir IPI e substituí-lo por imposto seletivo sobre bens como cigarros, bebidas e automóveis a combustíveis fósseis

3. Mudanças no IR. Diminuir taxa sobre empresa e, em contrapartida, criar cobrança sobre dividendos e sobre instrumentos financeiros como LCI e LCA

4. 'Passaporte tributário' para abrir renegociação de dívidas de contribuintes e diminuir judicialização

5. Criação do imposto digital

unir com Pacheco nesta semana para definir o assunto.

Ele vê a reforma em duas partes principais: consumo e renda. Está em suas previsões a fusão de PIS e Cofins na CBS, mudanças no Imposto de Renda, no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), e o passaporte tributário.

Essas mudanças poderiam ser feitas em grande parte por projetos de lei, fatiados e divididos entre Câmara e Senado.

Lira destacou que a reforma fracionada por meio de projetos de lei, como o texto enviado pelo governo com a fusão de PIS e Cofins, tornaria a tramitação mais rápida na Câmara e no Senado.

"Mais uma vez eu digo, não há vaidade alguma [por] onde ela começa. PEC precisa de dois textos iguais nas duas Casas para ter sua aprovação ou sua promulgação fei-

ta. Não há paternidade disso."

Segundo ele, pode haver três ou quatro relatores diferentes da reforma tributária.

As declarações sobre os próximos passos da reforma casam com os planos de Guedes. O ministro vê a reforma tributária em cinco capítulos:

- 1) fusão de PIS e Cofins na nova CBS;
- 2) substituição do IPI por imposto seletivo aplicado a itens como cigarros e bebidas;
- 3) mudanças no Imposto de Renda (com menos taxa sobre empresas e, em contrapartida, cobrança sobre dividendos e sobre instrumentos financeiros como LCI e LCA);
- 4) "passaporte tributário" para abrir renegociação de dívidas de contribuintes;
- 5) criação do imposto digital

O Ministério da Economia tem reiterado que não é contrário a uma proposta que inclua estados e municípios, mas que prefere que as mudanças sejam feitas inicialmente pelos impostos federais, para evitar a inviabilidade das discussões e a exigência de contrapartidas bilionárias da União para os entes subnacionais.

11/05/2021

BC propõe regras para saque e troco em dinheiro no Pix

Ideia é que usuários possam fazer quatro transações gratuitas por mês

Larissa Garcia

BRASÍLIA O Banco Central colocou em consulta pública, nesta segunda-feira (10), proposta com regras para criação de saque e recebimento de troco em dinheiro no Pix, sistema de pagamentos instantâneos que está em vigor desde o ano passado. A previsão é que os chamados Pix Saque e Pix Troco possam ser usados pelos consumidores no segundo semestre deste ano.

De acordo com o Banco Central, ambos os serviços possibilitarão a retirada de recursos em espécie, mas o Pix Saque é uma transação exclusivamente para saque, e o Pix Troco está associado a uma compra ou prestação de serviço. No último caso, o cliente faz uma compra, por exemplo, e passa um valor superior ao do produto para receber o restante em dinheiro.

A proposta prevê que os usuários tenham quatro saques gratuitos por mês, seja utilizando o Pix Saque, seja o Pix Troco. A partir da quinta transação, as instituições financeiras ou de pagamentos poderão cobrar uma tarifa pela transação (descontada em conta).

Apenas a instituição pode impor tarifa; quem saca o dinheiro não poderá ser cobrado diretamente no ato da retirada pelo estabelecimento

que realizar a operação.

Além disso, o BC definirá o limite de valor máximo que o usuário poderá sacar por dia, a princípio estipulado em R\$ 500.

“Respeitado esse limite máximo, as instituições participantes do Pix e os agentes de saque definirão em contrato bilateral as condições para a prestação do serviço. Ouseja, os estabelecimentos comerciais e demais agentes de saque terão liberdade de definir se querem ofertar apenas Pix Saque, apenas Pix Troco ou ambos; os dias e os períodos que pretendem disponibilizar o serviço; informações sobre os valores (exemplo, apenas múltiplos de R\$ 10), entre outros”, explicou a autarquia em nota.

Para utilizar os novos serviços, o consumidor fará um pagamento via Pix, com a leitura de um QR Code. A diferença é que, em vez de receber um produto ou serviço, receberá o valor correspondente em espécie.

Todos os que tiverem conta em uma das instituições participantes do Pix poderão utilizar os serviços.

As regras serão submetidas a sugestões da sociedade e do mercado em consulta pública até 9 de junho.

“As duas inovações trarão mais conveniência aos usuários, ampliando a capilaridade do serviço de saque; e

o aumento da competição, ao proporcionar melhores condições de oferta e de precificação dos serviços de saques, principalmente pelas instituições digitais e todas as demais instituições que não contam com rede própria de agências ou de ATMs [caixa eletrônico]”, disse o BC.

Angelo Duarte, chefe do departamento de competição e estrutura do mercado financeiro, explica que, embora a autoridade monetária queira reduzir o uso de papel-moeda, 77% das transações no país ainda são feitas em dinheiro.

“Há um desafio grande em reduzir essas transações em dinheiro, que são caras e inseguras. Consideramos que esse serviço é oferecido no Brasil de forma assimétrica. Em regiões nas periferias e pequenas cidades, há baixa oferta, sem pontos de saque. Isso traz transtorno às pessoas”, ponderou o técnico do Banco Central.

Para Duarte, a nova funcionalidade aumentará a competitividade de instituições financeiras e de pagamentos menores.

“A maioria dos pontos de saque no fundo servem às grandes instituições. Ter outras formas de oferecer o serviço é um meio de reduzir essa assimetria competitiva, o que permite que instituições menores possam



A maioria dos pontos de saque no fundo servem às grandes instituições. Ter outras formas de oferecer o serviço é um meio de reduzir essa assimetria competitiva, o que permite que instituições menores possam oferecer também

Angelo Duarte
chefe do departamento de competição e estrutura do mercado financeiro no BC

oferecer também”, explicou.

Duarte esclareceu que atualmente instituições pequenas precisam fazer grandes investimentos para oferecer saque, o que pode tornar o serviço inviável.

“Por que melhorar o serviço de saque se queremos incentivar pagamento eletrônico? Quando as pessoas sabem que podem sacar pequenos valores em um estabelecimento perto de sua casa, elas tendem a sacar menos dinheiro porque podem a qualquer momento sacar um pouco mais caso precisem. A médio prazo reduz o uso de numerário”, pontua.

Ele afirmou que o saque e o troco no Pix podem difundir o uso do novo meio de pagamento por comerciantes, que teve adesão mais lenta que entre pessoas físicas.

De acordo com ele, a demora na adoção do instrumento pelo varejo era esperada porque exige investimento por parte do dono do negócio.

Carlos Eduardo Brandt, chefe-adjunto do departamento, explica que não há restrição quanto ao porte de empresas que poderão oferecer o serviço.

“Há apenas uma limitação operacional, empresas maiores têm maior capacidade”, disse. Brandt afirmou que o BC receberá as sugestões e analisará caso a caso.

“Receberemos as contribuições e todo e qualquer ponto pode ser objeto de ajuste e de alterações decorrentes da consulta pública”, disse.

O chefe-adjunto do departamento reforçou, no entanto, que alguns pontos não mudarão, como os objetivos de aumentar a capilaridade e as condições de oferta do serviço e que fique disponível para todos os participantes do Pix.

Amazon acelera entrega em compra internacional

SÃO PAULO Na briga por prazos mais curtos nas entregas do e-commerce, a Amazon anuncia nesta terça-feira (11) uma modalidade de frete gratuito para compras internacionais a assinantes do serviço Prime no Brasil.

A companhia também diz que vai acelerar o despacho de mercadorias dos EUA para o mercado brasileiro. A empresa promete que itens importados adquiridos no Brasil fiquem prontos para o envio em até duas semanas.

A pandemia acirrou a competição de empresas do comércio eletrônico para entrega rápida. O marketplace da Amazon já permitia a venda de produtos internacionais, mas sem o benefício do frete a assinantes e com prazo de entrega maior. A empresa passa a competir com outros marketplaces na compra de importados no Brasil, como Shopee e AliExpress.

Em alguns casos, as empresas pagam o frete, mas o prazo de entrega costuma durar 30 dias. O Mercado Livre também possibilita o comércio de produtos internacionais, mas não esclarece se arca com o frete a assinantes do seu serviço de pontos nesse tipo de transação.

Só serão isentos de frete na Amazon os inscritos no Prime, que cobra R\$ 9,90 para acesso a catálogo de filmes, música e frete gratuito. Na nova divisão, o valor final dos itens já incluirá as tributações de importação.

Paula Soprana

Disparada no preço dos alimentos eleva inflação pelo mundo, e não há perspectiva de alívio

A pressão inflacionária aumenta em todas as economias. Os alimentos, embora não sejam os únicos, têm boa participação nessa escalada. E não se esperam reduções de preços tão breve.

Brasil e Estados Unidos, dois dos principais produtores e fornecedores de alimentos ao mundo, estão com intensas altas internas de preço.

Mesmo com esses aumentos internacionais, os países mais dependentes de importação de alimentos, como a China, mantêm as compras, não dando muita brecha para quedas.

A alta começa no campo. Os preços recebidos pelos produtores dos Estados Unidos, em março, superam em 6,4% os de igual mês de 2020.

Nesse mesmo período, os preços referentes a grãos e a

oleaginosas tiveram elevação de 37%, segundo dados do USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos).

No Brasil, essa escalada já é conhecida. Os agricultores vêm com aceleração acentuada desde 2019. Em alguns casos, como o do milho, o aumento de preço, de maio de 2019 a maio de 2021, atingiu 208%, conforme acompanhamento diário do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

A alta dos alimentos ajudou a inflação a atingir as maiores variações mensais nos EUA desde 2012, elevando a taxa de 12 meses para 2,6%.

No Brasil, os produtos agropecuários acumulam alta de 52% no atacado em 12 meses, conforme dados do IGP-DI (Índice Geral de Preços, da FGV). A inflação medida

A disparada dos alimentos no campo

Variação em % nos últimos dois anos



Fonte: Cepea

pelo IPCA do IBGE deverá terminar o ano acima de 5%, a maior taxa em cinco anos.

Mesmo que os preços das commodities agropecuárias se estabilizem, os patamares já atingidos retiraram parte

da população de baixa renda do mercado. O cenário, no entanto, não é de alívio.

A soja, apesar da safra recorde de 137 milhões de toneladas, mantém preços recordes e acumula aumento de

137% nos últimos dois anos.

O milho, o segundo mais importante produto da pauta de produção do Brasil, também está com preço recorde, sem sinais de queda.

A safrinha, que passou a ser a principal safra do país, foi semeada fora do tempo ideal, e o clima adverso está reduzindo a produtividade.

O cereal tem patamar de negociação tão elevado no país que perdeu competitividade no mercado externo. Com isso, a exportação deverá ser menor do que a prevista. Essa eventual oferta maior de milho internamente, porém, não significa alívio para as indústrias.

O resultado será um repasse de preços para as proteínas. As carnes suína e de frango já acumulam alta de 165% e de 137% nas granaças, respectivamente, desde maio de 2018. Esses reajustes inibem a demanda interna.

Ruim para os consumidores, os preços das commodities engordam os lucros dos produtores. Enquanto

os valores recebidos pelos produtores norte-americanos aumentaram 6,4% nos últimos 12 meses, os custos de produção evoluíram apenas 1,9%.

Em um cenário bem diferente do do Brasil, o custo dos fertilizantes caiu 5,4% nos Estados Unidos no período; o dos químicos, 2,6%; e o dos combustíveis, 15%.

Já o produtor nacional, que vinha com um balanço favorável entre receitas e gastos, terá margens mais apertadas neste ano devido à alta dos insumos no mercado internacional.

Essa evolução externa de preços ganha dimensão ainda maior para o produtor nacional devido ao dólar, que, conforme estimativas do mercado, permanecerá acima de R\$ 5 neste ano.

A pressão de custos na produção será mais um fator para a manutenção de preços internos elevados para o consumidor, embora o espaço para repasse é pequeno, devido à perda de renda interna provocada pelo desemprego.

Indicação de cloroquina se mantém, apesar do que Queiroga disse à CPI

Ministro afirmou ao Senado que não há protocolo, mas documento continua em site da Saúde

Diego Junqueira

REPÓRTER BRASIL Apesar de o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, ter dito na CPI da Covid que não existe protocolo de cloroquina no SUS, a orientação do Ministério da Saúde para uso da medicação como "tratamento precoce" para Covid-19 continua válida.

O documento ainda está disponível no site do ministério e também na página de capacitação do SUS direcionada a médicos, enfermeiros e demais profissionais que atuam na rede pública.

A recomendação de uso de cloroquina no SUS foi publicada pela primeira vez em 20 de maio de 2020, cinco dias após o general Eduardo Pazuello assumir interinamente o comando da pasta.

A nota informativa, que prescreve cloroquina ou hidroxicloroquina, associada ao antibiótico azitromicina, para pacientes leves, moderados e graves de Covid-19, foi atualizada em junho para incluir a prescrição do medicamento para crianças e grávidas e novamente em julho, para inclusão de duas referências técnicas.

Nunca houve, contudo, comprovação científica de que esses remédios sejam eficazes

contra a doença. Pelo contrário, há casos em que essas medicações causam efeitos colaterais graves. No Amazonas, a Polícia Civil e o Ministério Público investigam a morte de uma paciente após ter recebido cloroquina nebulizada.

Com o título "Orientações para Maneuseio Medicamentoso Precoce de Pacientes com Diagnóstico da Covid-19", a nota informativa, ainda disponível no site do ministério, afirma erroneamente que um artigo da Escola de Saúde Pública de Yale teria demonstrado a eficácia da hidroxicloroquina.

Porém, conforme apurou a agência Lupa, o artigo não atestou a eficácia do tratamento para a Covid, e a plataforma em que foi publicada alertava para o fato de ser uma análise preliminar.

O documento do Ministério da Saúde menciona ainda a recomendação do medicamento feita pelo Conselho Federal de Medicina como fundamento para defender as orientações.

Apesar de a nota ter sido atualizada diversas vezes, não foi modificada para refletir o fato de que, em outubro, a OMS descartou a eficácia desses medicamentos para tratamento da Covid.



Marcelo Queiroga durante depoimento à CPI da Covid, no Senado. Pedro Ladeira - 6. mai. 21 / Folhapress

O ex-ministro da Saúde Nelson Teich disse à CPI na quinta-feira (5) que saiu do ministério por divergir da visão do governo federal de ampliar o uso da cloroquina no SUS.

Até então, vigia orientação emitida em março, ainda na gestão de Luiz Henrique Mandetta, recomendando o medicamento apenas em casos graves e como terapia auxiliar, "a depender de novas evidências científicas".

Em depoimento à CPI na quinta-feira (6), ao ser questionado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) sobre por que ainda não havia revogado o

protocolo que inclui a cloroquina no arsenal terapêutico contra a Covid, Queiroga respondeu: "Porque não há protocolo. O que há é uma orientação que foi feita em 2020, e nós vamos substituir pelo protocolo clínico, que é o que determina a lei".

Na avaliação do professor Fernando Aith, diretor do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário, ligado à Faculdade de Saúde Pública da USP, a afirmação do ministro não se sustenta. "Ele tem cara de protocolo, foxinho de protocolo e cor de protocolo. O Queiroga passou a sessão fazendo malabarismo verbal", diz Aith.

Os protocolos do ministério, afirma Aith, são divulgados como manuais, notas informativas ou recomendações, que são documentos técnicos emitidos pelo órgão máximo do SUS. "Esses documentos valem como um protocolo, já que induzem a ação de médicos no âmbito do sistema público de saúde."

Queiroga disse ainda que uma das primeiras medidas de sua gestão, iniciada em março, foi determinar à Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde) a elaboração de um protocolo de tratamento a ser implementado.

No entanto, para Aith, essa justificativa tampouco se sustenta, pois protocolos do ministério não costumam ser publicados por atos normativos ou aprovados pela Conitec.

A Repórter Brasil perguntou a Queiroga, por meio da assessoria de imprensa do Ministério da Saúde, se ele mentiu sobre o protocolo na CPI, mas não houve resposta. A pasta informou apenas que a nota saiu do ar para atualização e disse que "o documento está em fase final de elaboração e, em seguida, será enviado à Conitec para deliberação". O ministério não comentou

o fato de a nota ainda estar válida nem disse se irá revogá-la.

Na última quinta-feira, a revista pibati divulgou que o Ministério da Saúde apagou da página principal de seu site a nota. Segundo a reportagem, o documento foi apagado em 22 de abril, às vésperas da instalação da CPI da Pandemia.

Para Aith, não basta retirar o documento do ar, é necessário publicar uma nova orientação ou revogar a recomendação anterior, até que a Conitec decida sobre o protocolo. Sem isso, as orientações de uso de cloroquina continuam válidas. O Conselho Nacional de Saúde, órgão que exerce o controle social do Ministério da Saúde, pede desde janeiro que a pasta revogue qualquer instrumento oficial que incentive o uso de medicamentos sem eficácia para Covid.

Fernando Pigatto, presidente do conselho, diz que o fato de o documento ainda estar disponível e continuar válido "é uma demonstração de que o ministério não está valorizando como deveria" as recomendações do órgão.

Além de constar no site antigo do Ministério da Saúde, o documento está disponível também na página do UNASUS (Sistema Universidade Aberta do SUS), que capacita profissionais para atuarem na rede pública de saúde.

O UNASUS é vinculado à Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, comandada pela médica Mayra Pinheiro, também conhecida como "capitã cloroquina", por ser uma das mais ferrenhas defensoras do "tratamento precoce" dentro do Ministério da Saúde.

Orçamento secreto banca R\$ 1,6 bi em pavimentação – ESTADÃO – São Paulo – 11/05/2021

Poderes. Além da compra de tratores a preços acima da referência, governo envia recursos para asfaltar ruas e estradas em redutos de aliados; licitações são contestadas pelo TCU

Orçamento secreto banca R\$ 1,6 bi em pavimentação

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO - AP/2021



Senadores. Ciro Nogueira (Progressistas-PI) (à esq.) e Fernando Bezerra (MDB-PE) têm influência na estatal Codevasf



Metade do orçamento secreto de R\$ 3 bilhões criado pelo presidente Jair Bolsonaro para aumentar sua base de apoio no Congresso foi direcionada para pavimentação asfáltica. Além das compras de tratores acima da tabela de referência, como revelou o Estadão, o grupo político beneficiado pelo esquema reservou R\$ 1,6 bilhão para asfaltar ruas e estradas nos seus redutos eleitorais.

Documentos a que o Estadão teve acesso indicam que parte do orçamento secreto deve bancar contratos de asfaltamento cujas licitações foram consideradas irregulares pela área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU). Os indícios foram identificados durante pente-fino da Corte em pregões da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf) entre novembro e dezembro de 2020.

Criada para desenvolver as margens do Velho Chico, a estatal teve sua finalidade desvirtuada no governo Bolsonaro quando passou a atender municípios localizados a mais de 1,5 mil quilômetros das águas do São Francisco e acomodar ainda mais políticos do Centrão. Na prática, a empresa virou um duto para safada dos recursos do "tratoço", como o esquema de toma lá, dá cá está sendo chamado.

O trabalho dos auditores do TCU não levou em conta a origem dos recursos. Focou apenas na aplicação, independentemente da fonte das verbas. Os valores globais desses pregões questionados são de R\$ 533 milhões. Com base em documentos aos quais o Estadão teve acesso, a reportagem identificou que parte é originária do orçamento secreto, criado a partir de uma nova modalidade de emenda (RP-9).

Os pregões foram feitos pela Codevasf antes mesmo de os recursos serem reservados ao órgão, o que por si só já descumpra a lei, e sem especificar locais de serviços. O tipo de licitação – por ata de registro de preços – também seria inadequado de acordo com os auditores. A área técnica do tribunal apontou ao menos quatro problemas e definiu como "indício de irregularidade grave" o fato de que as licitações possuíam objetos indefini-

PARA ENTENDER

Os caminhos do dinheiro

O Ministério do Desenvolvimento Regional e a Codevasf têm sido o atalho preferencial de parlamentares para direcionar obras e comprar máquinas como tratores, retroescavadeiras e caminhões-pipa, para municípios estratégicos a suas reeleições. Definidos entre governo e líderes do Congresso os valores a que cada parlamentar terá direito a enviar a sua base, há dois caminhos que o dinheiro público pode seguir. No primeiro deles, o congressista indica o repasse via convênio do MDR. Nesse tipo de contrato, são aplicadas as exigências de licitação governamen-

tal, que deve ser realizada no âmbito municipal, e os valores são liberados conforme avançam os trabalhos.

O outro caminho é o direcionamento de valores para a Codevasf. Nesse caso, os repasses chegam até a ponta mais rapidamente, porque a estatal pode executar diretamente serviços como obras e compra de máquinas, com regras menos restritivas. Como a empresa é controlada por apadrinhados políticos, o controle do uso do dinheiro por parlamentares é mantido até a execução da obra ou da compra. Assim, a definição de quem será o beneficiado final caberá aos próprios congressistas, que exercem influência nas superintendências regionais da estatal.

dose locais de execução indeterminados, inexistindo projetos básico e executivo das intervenções a serem realizadas". Além disso, os auditores apontaram uma possível limitação na concorrência, pois a previsão de contratos com valores elevados diminui a possibilidade de mais empresas participarem dos pregões – o parcelamento dos objetos de contratos seria o mais adequado, pois permitiria mais concorrência, navisão dos auditores.

"(Houve) utilização indevida do sistema de registro de preços para a contratação de obras, com o emprego da ata de registro de preços como contrato do tipo 'guarda-chuva', com objeto incerto e indefinido, sem a prévia realização dos projetos básico e executivo das intervenções a serem realizadas", diz o relatório.

Tabela. Os documentos mostram ainda que 18 empresas vencedoras das licitações que o TCU questiona estão também em uma tabela de contratos que a Codevasf realizou com a verba direcionada pelos parlamentares no fim do ano.

Por exemplo, o senador Ciro Nogueira (Progressistas-PI) colocou R\$ 50 milhões para pavimentação asfáltica na Codevasf. As empresas foram vencedoras de três pregões para atuação exatamente na 7.ª Superintendência Regional da Codevasf, sediada em Teresina. Como o Estadão mostrou, Ciro Nogueira

tem influência sobre a superintendência. As licitações vencidas pelas três empresas chegam a R\$ 67 milhões, no total. Ou seja, em se confirmando essas con-

trações, a maior parte dessas verbas terá vindo dos créditos direcionados à Codevasf pelo senador, líder do Centrão.

Esse volume de recursos excede as emendas impositivas a que os parlamentares têm direito e não foi distribuído de forma equânime entre os congressistas. A divisão atendeu a critérios políticos e foi feita dentro dos gabinetes, a porta fechada, e por meio de ofícios não publicados. A prática atropelou leis licitatórias e um veto do presidente Jair Bolsonaro, que, em 2019, foi contra entregar a deputados e senadores o controle formal da execução das verbas de emenda geral de relator.

A partilha dos recursos se dá ao largo do controle do próprio TCU. Ciro Nogueira direcionou R\$ 135 milhões do orçamento secreto do governo no Ministério do Desenvolvimento Regional, somente em dezembro de 2020. Ele precisaria de 16 anos no Senado para poder indicar tamanha quantia, se contas-se apenas com as emendas individuais – a cada ano, apenas R\$ 8 milhões são disponíveis para

livre indicação por parlamentares, sendo que um valor semelhante é possível de indicar apenas dentro da área da saúde.

O senador é hoje o líder da tropa de choque do governo Bolsonaro na CPI da Covid. Ao depor na comissão, o ex-ministro Luiz Henrique Mandetta acusou Nogueira de ler uma pergunta enviada pelo ministro Fábio Faria (Comunicações).

Líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE) recebeu R\$ 125 milhões do orçamento secreto. Ele colocou todo o valor na Codevasf. É dele a indicação do superintendente da estatal em Petrolina, Aurivalter Cordeiro, onde o filho Miguel Coelho (MDB) é prefeito. Como senador, Bezerra levaria 15 anos para alocar o montante.

Uma parte desse orçamento secreto o senador destinou para obras de asfalto. A Codevasf prevê que um percentual irá para pagar firmas que venceram licitações consideradas irregulares pelo TCU.

Ao todo, a reportagem identificou que 18 das empresas listadas entre as vencedoras das licitações irregulares, na vi-

são do corpo técnico do TCU, estão também entre as com previsão de receber recursos originados de indicações de parlamentares.

A representação de auditores do TCU, aberta no início deste ano, pede a suspensão de contratações que ainda não foram formalizadas, apesar de os vencedores dos pregões já serem conhecidos. O processo está em julgamento no tribunal. O ministro Augusto Sherman, relator, iniciou o voto no processo há duas semanas, mas o ministro Vital do Rêgo pediu vista.

'Impacto.' Em manifestação ao TCU, a Codevasf disse que "os impactos em caso de eventual anulação dos certames serão gigantescos, deixando milhares de pessoas sem os benefícios que as pavimentações trarão, bem como prejuízos em relação a escoamento da produção em vias rurais, diminuição de poeira, melhoria da trafegabilidade e bem-estar da população na área de atuação da Codevasf". Procurada pela reportagem, a empresa disse que se explicou ao TCU.

O voto do relator, Augusto Sherman, foi para não suspender as contratações no momento, mas para abrir imediata fiscalização. Procurados, os senadores não se manifestaram.

NA WEB

Especial. Confira a série sobre o 'orçamento secreto' do governo estadão.com.br/e/orcamentosecreto

São Paulo – 11/05/2021

Casa própria. No 1º trimestre, recursos para compra de imóveis subiram 113% e atingiram R\$ 43,1 bi, com 187 mil unidades vendidas; analistas dizem que, mesmo com o início de alta de juros e da escalada dos preços de materiais de construção, a expansão deve seguir

Financiamento imobiliário dispara, bate recorde e projeta alta de 34% para o ano

Eduardo Rodrigues
Fabrizio de Castro / BRASILIA

Depois de crescer 57,5% no ano passado - com R\$ 12,4 bilhões liberados pelos bancos -, o volume de financiamentos imobiliários deu um novo salto de 113% no primeiro trimestre de 2021, na comparação com os três primeiros meses do ano passado. De acordo com os dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), as operações entre janeiro e março chegaram ao valor recorde de R\$ 43,1 bilhões, com 187,6 mil unidades vendidas.

E a avaliação é de que, mesmo com o início do processo de alta de juros no Brasil e da escalada dos preços de materiais de construção, a expansão do setor imobiliário deve continuar nos próximos meses. Em meio à forte demanda dos brasileiros pela casa própria ou por novos imóveis, o setor já projeta crescimento superior a 30% nos financiamentos para este ano, ainda que a economia do País esteja sendo afetada pela segunda onda da pandemia de covid-19.

O bom desempenho registrado em março reforçou o otimismo da Abecip, que atualizou sua projeção de crescimento neste ano de 27% para 34%. A expectativa é de que até R\$ 170 bilhões sejam usados neste ano para financiar a compra de imóveis novos e usados. Para a presidente da entidade, Cristiane Portella, vários fatores impulsionam a aquisição de moradias, apesar da crise econômica.

“Em primeiro lugar, ainda há um déficit habitacional muito grande no Brasil, o que significa que há uma demanda enorme para a aquisição da primeira casa ou a troca pela segunda. E também tivemos uma redução importante nos juros”, afirma, em referência à queda verificada em 2020.

Segundo Cristiane, em financiamentos longos, de 20 ou 30 anos, qualquer redução na taxa de juros tem impacto considerável no valor da prestação, que passa a caber no bolso do comprador. “A conjuntura atual co-



Cabe no bolso. Igor procurava imóvel para alugar; boas condições de financiamento o levaram a comprar o apartamento

BOM DESEMPENHO

• Mesmo com crise causada pela pandemia, mercado imobiliário bate recorde de vendas

Valores financiados

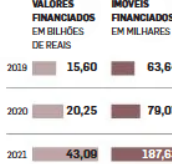
EM BILHÕES DE REAIS



Fonte: Abecip e Banco Central

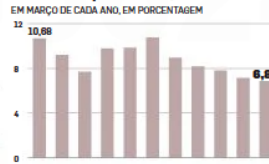
Primeiro trimestre

VALORES FINANCIADOS EM BILHÕES DE REAIS



Taxa média de juros no crédito habitacional para famílias

EM MARÇO DE CADA ANO, EM PORCENTAGEM



Fonte: Copley e Copley

locou muito mais pessoas no jogo, em condição de comprar um imóvel ou mudar para um maior”, avalia.

Busca pelo imóvel. A cuidadora de idosos Maria Sonia Carvalho da Silva, de 47 anos, aproveitou o juro baixo para comprar um apartamento na planta da

MRV, em Araçatuba (SP), em meados de abril. “As parcelas ficaram menores do que se eu pagasse aluguel”, diz. Ela usou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a entrada e conseguiu um financiamento da Caixa para comprar o imóvel de 49 metros quadrados de R\$ 130 mil, que deve ser entre-

que entre março e abril de 2022. Durante as buscas por um apartamento para alugar no bairro de Santa Cecília, em São Paulo, o professor de inglês Igor Ferreira Lobato, de 29 anos, percebeu que, com as condições melhores de financiamento, poderia comprar um imóvel. “Com as minhas econo-

mias e o FGTS, eu tinha o suficiente para a entrada de um apartamento de até R\$ 400 mil”, conta.

A busca deu certo e, em fevereiro, ele fechou a compra de um apartamento “todo reformado e muito bem localizado”, de 85 metros quadrados, por R\$ 290 mil. Lobato pagou 40% de

entrada e financiou o restante no banco. “As parcelas ficaram em torno de R\$ 1.600, o que é ótimo para um apartamento na região central.”

Selic sobe. De acordo com os dados do Banco Central, mesmo com o início do ciclo de alta da Selic (os juros básicos da economia) em 2021, a taxa média de juros do crédito imobiliário para pessoas físicas foi de apenas 6,9% ao ano em março deste ano - o menor valor da série histórica. Em comparação, em janeiro do ano passado, o juro médio da modalidade estava em 7,4%.

“Outra questão positiva é a possibilidade de se usar diferentes indexadores no financiamento. O consumidor acaba tendo mais opções, o que acirra a competição entre os bancos. Com isso, não temos visto o repasse direto da alta da Selic, pelo menos por enquanto”, diz Cristiane Portella.

Desde março, o BC já elevou a Selic de 2% para 3,5% ao ano. O aumento, em tese, também deveria encarecer o juro para o inquilino da casa própria. “Em um mercado em transformação, os bancos passaram a valorizar ainda mais o relacionamento de longo prazo com os clientes”, diz a executiva da Abecip.

Por outro lado, enquanto as classes média e alta aproveitam o momento para financiar imóveis, o governo Bolsonaro zerou verbas para o Minha Casa Minha Vida e as obras de 200 mil casas para as classes mais pobres vão ser paralisadas. Mas, segundo José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CIBIC), esse corte de recursos para a moradia população mais pobre deve ser revertido em breve. “É um problema tão absurdo, sem sentido, que só posso acreditar que o bom senso vai prevalecer. Por isso, estou tranquilo”, diz. / COLABOROU H.S.

Alta no preço da matéria-prima pode frear construções
Pag. B3

ENTREVISTA

Eduardo Zylberstajn, consultor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

'Mercado imobiliário é cíclico e estamos na fase boa do ciclo'

Para consultor, setor deve continuar aquecido pelos juros baixos e pela demanda por novos arranjos domiciliares

• Heloisa Scognamiglio

Mesmo em meio ao avanço da covid-19, o mercado imobiliário está otimista e prevê crescimento de mais de 30% este ano, depois do avanço de 57,5% em 2020. Só no primeiro trimestre deste ano, o volume de

financiamentos à habitação cresceu 113% na comparação com o mesmo período do ano passado. A tendência, segundo o consultor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Eduardo Zylberstajn, é que o setor continue aquecido, atendendo à demanda renovada pela pandemia.

• Por que o financiamento imobiliário está subindo tanto, em um país com crescimento econômico tão baixo e desemprego tão alto? O setor imobiliário vai continuar aquecido?

O mercado imobiliário é bastante cíclico e, atualmente, estamos na fase 'boa do ciclo'. Depois da crise de 2015, vivemos anos de poucos lançamentos e poucas vendas. Atualmente, juros baixos e uma demanda por novos arranjos domiciliares, renovada pela pandemia, devem ajudar a termos alguns anos positivos. Acredito que o setor deve continuar aquecido, sim.

• Agora é uma boa hora para comprar ou vender um imóvel? Os preços dos imóveis ainda não recuperaram as perdas do fim da década passada. Desde o pico, em dezembro de 2014, os preços estão 24% mais baixos em termos reais segundo o índice FipeZap residencial. Agora, uma boa hora para comprar sempre é algo muito peculiar de cada família. As pessoas devem ponderar sempre quanto tempo pretendem ficar no



HELOISA SCOGNAMIGLIO - F18/2021

Questões. Para Zylberstajn, compra tem de ser ponderada

imóvel, levando em conta aspectos de planejamento familiar e profissional. Se houver alta chance de ter de se mudar no curto prazo, o aluguel pode ser uma alternativa melhor quando os custos de reformas, corretagem e impostos são levados em conta.

• Qual será o impacto da alta dos juros, iniciada agora pelo BC, para esse mercado?

Quando os juros caem, o mercado é estimulado e quando sobem o mercado costuma sofrer. A questão é que estamos saindo de um patamar de juros extremamente baixos para um

patamar de juros ainda baixos – portanto o movimento positivo deve perder apenas pouca força e se manter com alguma firmeza. (Desde que o aumento nos juros seja relativamente limitado).

• Investir em imóveis neste momento é um bom negócio para quem está com dinheiro? Depende de vários aspectos. Um dos principais que me preocupam é a concentração do patrimônio: quando o dinheiro está investido no mercado financeiro, é mais fácil diversificar. Quando o dinheiro vai para imóveis, normalmente compra-se um só e isso aumenta o risco. E se os juros subirem mais e mais rápido do que o previsto? Isso sem falar que se aquele dinheiro de repente for necessário, é difícil vender rapidamente um imóvel.

Alta do preço de insumo pode frear construções

No 1º trimestre, 57% das empresas do setor apontaram aumento de preços dos materiais de construção como principal problema

Eduardo Rodrigues
Fabrizio de Castro / BRASILIA

José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CIBIC), alerta que o forte aumento do custo dos materiais de construção pode acabar freando o ritmo de novos empreendimentos imobiliários, que vem batendo recordes de vendas. No primeiro trimestre deste ano, 57,1% das companhias do setor apontaram a falta ou o alto custo dos insumos como principal problema.

“Salta aos olhos como as empresas de construção estão tirando o pé do acelerador. Quando começa a haver aumentos de preços de unidades na planta, isso é um balde de água fria para as pessoas. Não sei como será daqui para frente”, diz Martins.

O executivo lembra que as companhias venderam muitos imóveis na planta no ano passado, travaram o preço nos financiamentos contratados e, agora, precisam construir com custo mais elevado. “Se o custo aumenta, o empresário precisa absorver na margem. A incerteza continua grande e um imóvel não é um produto para entregar amanhã – são dois ou três anos para construir”, completa.

Para Roy Martellanc, coordenador de pós-graduação em Negócios do Mercado Imobiliário da Fundação Instituto de Administração (FIA), mesmo com o encarecimento dos imóveis vendidos na planta, o mercado seguirá aquecido em 2021.

“Isso porque a demanda é que está fazendo os preços subirem, e não o contrário”, afirma o professor. “Os preços de imóveis na planta sobem e, com isso, a demanda é freada um pouco. Mas estamos vivendo uma onda de crescimento.”

O aumento atual do custo é semelhante ao visto no início da década passada. Na época, com a demanda aquecida, faltaram insumos básicos para a construção civil e os preços dos imóveis dispararam. “Agora é a mesma coisa. Desde o segundo semestre de 2020 há dificuldades para se encontrar aço”, exemplifica Martellanc.

O avanço dos preços de imóveis na planta também contamina as unidades usadas. O fenômeno é igual ao observado no mercado de veículos, em que a alta de preço do carro novo faz o valor do usado subir. Isso ocorre porque, se o valor do novo está mais elevado, parte da demanda é direcionada para o usa-

do – que encarece.

Ainda assim, Cristiane Portella, presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), considera que os preços dos imóveis seguem relativamente baixos, em nível inferior ao verificado em 2014 – já corrigido pela inflação.

“Há algumas bolhas com pre-

ço maior por metro quadrado, mas nas dez principais capitais do País os preços ainda são atraentes”, diz. “É, mesmo que o imóvel novo fique mais caro, ainda há um excesso de estoque de imóveis usados para venda. Já vimos uma redução no tempo de venda dessas unidades usadas. O mercado existe.”

COLABOROU HELOISA SCOGNAMIGLIO



Feito cascata. Alta de preços de imóveis na planta contamina valores de unidades usadas

**A PETRORECONCAVO
TEM GÁS, PETRÓLEO
E, AGORA, TAMBÉM
TEM AÇÕES NO
MERCADO DE CAPITALIS.
SEJA BEM-VINDA À B3,
A BOLSA DO BRASIL.**

#IPO na B3



A PetroReconcavo, uma das principais operadoras independentes de petróleo e gás com foco em campos maduros em terra no Brasil, acaba de abrir capital na B3, a Bolsa do Brasil.

BC lança consulta sobre saques por meio do Pix

Pelo Pix Saque e PIX Troco, o usuário poderá sacar recursos em estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços

Fabrizio de Castro / BRASÍLIA

O Banco Central colocou em consulta pública ontem o lançamento de dois serviços vinculados ao Pix, o sistema brasileiro de pagamentos instantâneos: o Pix Saque e o Pix Troco. Por meio deles, será possível aos usuários do Pix sacar recursos em estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços, o que amplia as opções às agências bancárias e aos caixas eletrônicos.

A previsão é de que as duas novas ferramentas comecem a fun-

cionar no segundo semestre.

De acordo com o BC, por meio do Saque Pix o usuário poderá retirar recursos de sua conta sem que haja transação comercial com o estabelecimento. Funcionará como um saque simples, semelhante ao realizado em caixas eletrônicos. O Pix Troco estará associado à compra de um produto ou serviço. Ao pagar por meio do Pix, o usuário poderá fazer a previsão de um “troco” em espécie e retirar o dinheiro.

Por meio de nota, o BC informou que a consulta pública pre-

verá limite máximo para saque de R\$ 500 por dia. Cada usuário terá quatro saques gratuitos por mês. A partir da quinta transação, poderá ser cobrada uma taxa por transação. A autarquia vai receber até 9 de junho, pela internet, sugestões na consulta pública, inclusive em relação aos limites propostos.

Conforme o BC, os dois serviços ampliam as possibilidades de saques de recursos no Brasil, já que qualquer estabelecimento comercial ou de prestação de serviços poderá oferecer o Saque Pix e o Pix Troco. A autar-

quia também espera que haja aumento da competição e redução de custos nos serviços de saques. Instituições financeiras que não possuem agências bancárias ou que não façam parte de redes de ATMs (Automatic Teller Machines, ou caixas eletrônicos) poderão utilizar estabelecimentos comerciais para facilitar o acesso dos clientes aos saques, por exemplo.

Quem vai oferecer. A consulta pública do BC indica que o Saque Pix e o Pix Troco poderão ser oferecidos por estabeleci-

mentos comerciais, empresas de outros tipos e instituições especializadas na oferta de serviços de saque. Essas empresas são consideradas pelo BC como “agentes de saques”, e poderão disponibilizar os serviços por meio de celebração de contrato com uma instituição financeira

● **Cronograma**
Novos serviços do sistema de pagamentos, Pix Saque e Pix Troco devem entrar em funcionamento a partir do 2º semestre

ou de pagamento. O Pix Saque também poderá ser oferecido por instituições nas próprias redes de caixas eletrônicos.

O BC informou ainda que as instituições financeiras e de pagamentos, com os agentes de saque, definirão as condições para a prestação dos serviços. Terão liberdade para definir se querem oferecer os dois serviços ou apenas um deles e se eles estarão disponíveis apenas em períodos específicos. A consulta pública está disponível pelo <https://www3.bcb.gov.br/aud-pub/AudenciasAtivas?i>

Mercado de capitais. Mesmo com cenário volátil, IPOs e ofertas subsequentes já somam R\$ 65 bilhões no acumulado de 2021; esse total deve ser elevado por movimento de empresas que irão à Bolsa buscar capital para compra de concorrentes e de novos negócios

Apetite por aquisições pode elevar ofertas na Bolsa a R\$ 200 bi neste ano

Fernanda Guimarães

A necessidade de fazer aquisições para sobreviver em mercados em fase de consolidação está alimentando o apetite de companhias brasileiras por emissões de ações em Bolsa. No acumulado de 2021, mesmo com a volatilidade causada pela crise política e pela segunda onda da covid-19, as ofertas – iniciais (IPOs) ou subsequentes – já somam R\$ 65 bilhões. E a expectativa é de que essa ida às compras de grandes negócios se intensifique, podendo elevar a movimentação total a R\$ 200 bilhões até dezembro.

A corrida das aquisições é evidente no varejo. Além do Magazine Luiza, que comprou 20 empresas em um ano e meio, o Grupo Soma (que fez IPO em 2020) também fez um movimento ousado ao comprar a Hering. Para isso, passou a perna em outra empresa capitalizada, a Arezzo, que também quer se fortalecer com compras em setores correlatos. Há poucas semanas, a Americanas levou a dona da Imaginarium, e a Renner levantou quase R\$ 4 bilhões – segun-

do o mercado, para incorporar o e-commerce Dafiti.

“As empresas estão captando muito para crescimento e também para fusões e aquisições. É um ‘efeito cadeia’: a empresa observa o concorrente buscando liquidez e também quer se posicionar”, afirma o chefe do banco de investimento do Santander Brasil, Gustavo Miranda.

As empresas também têm envolvido ações nas negociações – por isso, estar na Bolsa pode ser uma vantagem. O chefe global do banco de investimento do Itaú BBA, Roderick Greenless, aponta que muitas companhias na posição vendedora não querem sair totalmente do negócio. Foi o que aconteceu no acordo entre Soma e Hering, além de embolsar R\$ 1,5 bilhão, a família fundadora continuará a ser acionista.

Entre as prioridades desses grandes processos de uniões corporativas, estão o ganho de musculatura para lucrar na retomada e na digitalização, afirma o chefe de mercado de capitais e rendavariável para América Latina do Morgan Stanley, Eduardo Mendez.

Já o sócio responsável pelo



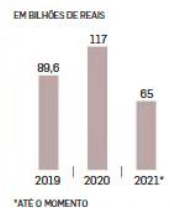
Projeção. País pode ter até 100 ofertas de ações em 2021

Dinheiro novo
R\$ 4 bilhões
foi o valor que a Lojas Renner captou recentemente para financiar aquisições – o alvo seria, supostamente, o e-commerce Dafiti

banco de investimento da XP, Pedro Mesquita, afirma que a liquidez no mercado tem criado um ambiente oportuno para captações, mesmo com um cenário mais volátil, o que tem feito investidores pechincharem preços. “Vemos ainda que muitos setores irão passar por manobra e mais aquisições, as em-

DINHEIRO EM CAIXA

● Juro baixo tem levado mais empresas a buscar recursos por meio de ofertas em Bolsa de Valores



*ATE O MOMENTO

FONTE: B3

gente que está evoluindo e se desenvolvendo. Com a volatilidade, os investidores se tornam mais sensíveis a preço, mas não há fechamento de janela”, diz. O banco prevê um volume de R\$ 175 bilhões em ofertas para 2021, considerando as emissões em Bolsas estrangeiras.

Mesquita, da XP, também vê mais poder de barganha do lado do investidor. “Mas temos um volume de ofertas muito forte até o fim de ano de empresas de diversos setores”, afirma o executivo, que projeta um volume de R\$ 200 bilhões, em um total de 100 ofertas. Greenless, do Itaú BBA, projeta de 60 a 80 operações, com movimentação variando de R\$ 150 bilhões a R\$ 180 bilhões.

Estrangeiros. O chefe do mercado de renda variável do Citi no Brasil, Marcelo Millen, diz, porém, que a volatilidade acaba afastando os investidores internacionais das ofertas feitas na B3, a Bolsa paulista. À medida que a crise sanitária caminha para uma solução, segundo ele, o fluxo de recursos deve retornar ao País, engordando, consequentemente, os IPOs.

11/05/2021

Leftbank tenta unir investimento e ideologia de esquerda

◆ Novo grupo, que também inclui uma operadora de telefonia, aposta em mobilização nas redes sociais para crescer

◆ **Cristine Barbieri**

◆ Um novo projeto de negócios quer unir investimento e ideologia. Agora, simpatizantes da esquerda têm uma fintech (startup de serviços financeiros) e uma operadora de telefonia celular à sua disposição.

Desde dezembro, o Leftbank está no ar, com a oferta de serviços bancários para pessoas físicas e empresas. Entre os produtos, há pagamento de boletos, transferências, envio de dinhei-

ro por SMS e cartões sem anuidade. São quase 2 mil correntistas. Já o Leftfone vende serviço de telefonia digital a todas as cidades do País, desde 27 de abril.

“A ideia não é fazer discriminação, mas aproximar grupos de interesse que se inter-relacionam em bolhas: é como se esses consumidores fossem comprar uma marca de roupa com a qual se identificam”, diz o Marco Maia (PT-RS), ex-presidente da Câmara, diretor-geral do Leftbank.

Apesar de mirarem a esquerda e priorizarem temas como meio ambiente e questões sociais, as empresas nasceram para dar lucro. À Leftfone, por exemplo, não exige fidelização, não cobra multas em caso de saída do plano, aceita consumido-



Início. Leftbank tem atualmente cerca de 2 mil correntistas

res que tenham pendências de crédito e promete atendimento rápido no call center bem como preços mais em conta.

Os investimentos nas empresas foram pequenos, em torno de R\$ 500 mil. Na verdade, Maia se aproveitou do fato de plataformas financeiras e serviços de telecom terem virado commodities para customizá-los a seus públicos. Os serviços devem começar a se pagar confor-

me forem vendidos, diz ele. No caso do Leftfone, o desenvolvimento foi organizado pelo Grupo Cuore, especializado em soluções para negócios de nicho.

Especialistas dizem que a iniciativa pode ser uma boa ideia – apesar de estar limitada pelo público potencial e de a proposta ir contra tendências de inclusão. “Politicamente, é um marcador de mercado interessante”, diz Humberto Dantas, cien-

◆ **Prós e contras**
◆ “Sempre que há momentos intensos de polarização política, a tendência é reforçar laços com iguais.”

◆ **Leandro Cosentino**
◆ CIENTISTA POLÍTICO
◆ E PROFESSOR DO INSPER

◆ “As empresas estão mais diversas, e fede a naftalina ir contra a pluralidade.”

◆ **Fabio Mariano Borges**
◆ COORDENADOR DA ESPM E
◆ ESPECIALISTA EM TENDÊNCIAS

tista político e pesquisador da FGV-SP.

“O Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) não defende a compra do pequeno? Grupos ligados a sustentabilidade não defendem o mesmo com relação às empresas com esse discurso? É uma iniciativa legítima de conversar com quem já é convertido”, compara Dantas.

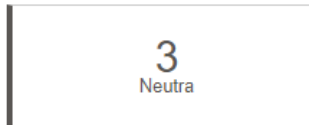
O também cientista político

Leandro Cosentino, professor do Insper, diz que a iniciativa aproveita o comportamento de manada para criar a “polarização afetiva, em vez de raivosa”. “Sempre que há momentos intensos de polarização política, a tendência é reforçar laços com iguais”, afirma.

É exatamente na exploração da ideologia que está a estratégia de crescimento. Apenas Maia tem mais de 1 milhão de seguidores no Facebook. “Temos muitos influenciadores digitais de esquerda e vamos acioná-los para dar escala ao negócio.”

Gargalos. Há, porém, alguns limitadores, segundo os especialistas. Primeiro, a empresa não desenvolve soluções ou investe em inovação: apenas reúne produtos já existentes, sem estar atenta às mudanças rápidas da economia. Além disso, vai contra a tendência de diversidade e inclusão. Para Fabio Mariano Borges, coordenador na ESPM e especialista em tendências, “as empresas estão mais diversas, e fede a naftalina ir contra a pluralidade”.

GRÁFICOS



Principais Fontes

| FONTES | NOTÍCIAS |
|---|----------|
| HTTP://WWW.CORREIODOPAPAGAIO.COM.BR/ | 1 |
| HTTPS://NOMINUTO.COM/ | 1 |
| HTTPS://WWW.FENACOR.ORG.BR/ | 1 |
| HTTPS://WWW.SAIBAMAIS.JOR.BR/ | 1 |

